

Um verbete contra a corrente, para atrapalhar o trânsito de ideias comuns

SONIA MONNERAT BARBOSA (UFF)

O verbete LITERATURA aqui se inicia apontando o lugar em que ele se constrói como um texto feito de recortes de definições, sem, entretanto, abdicar da vontade de interrogá-las. A própria existência do verbete supõe, em geral, que haja mais de um entendimento do termo, aliado ao fato de as premissas de tais entendimentos, por mais correntes e convencionais que sejam, não serem aceitas como evidentes.

Como verbete, este texto é resultante de uma trajetória de leituras literárias e teóricas, sendo, a um tempo, reescrita e absorção de saberes, embora, de saída, queira alertar seus leitores para o fato de que, nesse gênero textual movido pela vocação de síntese, melhor caminharão os que buscarem nas entrelinhas das noções expostas o quanto um verbete pode valer mais na medida em que se saiba que ele contém um saber incompleto, provisório e questionável. Ou, em outros termos, os que seguirem as próximas linhas na expectativa do encontro da melhor resposta à questão “o que é literatura?” fiquem, desde já, sabendo duas ou três coisas que poderiam estar no último parágrafo: que é vã a tentativa de juntar todas as definições abaixo, pois contém elementos de contradição; que cada uma das definições apontadas deve ser tomada como contestável; e que a escolha entre as diferentes respostas depende de outras respostas a serem dadas por cada um, e em relação às quais sempre haverá espaço para interrogações.

Na busca de definições no campo da literatura, muitos partiram da retomada de um elenco de exemplificações que, da experiência escolar às estantes das livrarias, foram classificadas, por instâncias diversas, como obras literárias, pretendendo-se, a partir daí, abstrair características comuns, seja quanto aos usos da linguagem, seja quanto às funções desempenhadas no plano das representações sociais, para leitores, autores, instituições, considerados separadamente ou em suas articulações. Todavia, a respeito desse método, muito se alerta para a exigência de superar a tendência à naturalização de traços entrevistados como recorrentes em exemplos advindos de listas ditadas pelo senso comum, o que equivale a dizer, sem que sejam buscados a interrogação e o esclarecimento de seus pressupostos. Nessa direção, uma resposta de tipo precipitado e carente de questionamento de seus próprios fundamentos poderia ser identificada quando alguém diz, ainda hoje, que a rima é uma característica própria à escrita de poemas (em alguns casos, afirmando ser uma marca necessária ou suficiente para o reconhecimento de uma ‘poesia’) e, em seguida, dizendo ter reconhecido visualmente como poema o texto “Cota zero” de Drummond, passa em revista seu plano sonoro à procura de repetições de conjuntos de fonemas, em especial nas palavras finais de cada um dos três pequenos versos. Assim sendo, a resposta acima à pergunta “o que é um poema?” revelaria uma generalização articulada como homogeneização duvidosa, fundada na observação privilegiada de experiências com textos rimados.

Quando há acordo prévio entre duas ou mais pessoas de que aquilo de que falamos é literatura, em geral não julgamos necessário explicitar nossas compreensões sobre o que é, então, que define a literatura de que falamos. Mas se, ao contrário, não compartilharmos o entendimento de que aquele texto não rimado é, mesmo assim, um poema e, por conseguinte, é literatura, ou se não pudermos concordar que uma tal narrativa imaginosa de aventuras pode ser identificada como literária, nesses casos, quando alguém diz que isso é literatura e outro diz que não se trata de literatura, talvez o mais importante não seja que um dos interlocutores acabe por convencer o outro, mas talvez seja tentar evidenciar para o outro as noções implícitas em sua classificação, isto é, a que se refere ao classificar um

texto como poema ou literatura, ou, ao contrário, por qual(is) motivo(s) aquele texto não poderia ser identificado por ele como literário. O convencimento de cada um acerca dos fundamentos do entendimento que leva a dizer isto é literatura, isto não é literatura, permite que reconheçamos que a pergunta que nos move a definições pode ser respondida de muitas maneiras e que o campo da teoria tampouco se satisfaz com a redução de quadros de referência por mútuo convencimento dos teóricos, na busca de uma síntese eclética ou da refutação absoluta de algumas correntes de pensamento. Nos espaços habitados por estudantes, professores, teóricos, bibliotecários, leitores críticos e outros que se confrontem com questões sobre possíveis entendimentos do campo (multi)problematizado da literatura, o que mais se espera é a possibilidade de seguir cada um explicitando os fundamentos que alinha, de forma coerente, sistemática e contínua, para dar sua(s) resposta(s) à questão “o que é literatura?” e a tantas outras a elas associadas, como, em nosso exemplo, “o que é um poema?”, ou ainda “o que pode ser definido como valor em literatura?”, “que instâncias estão envolvidas na transmissão da literatura?”, “o que faz com que um texto possa ser considerado literário fora de seu contexto de origem?”, “uma vez reconhecido e legitimado como literário, fora de seu contexto de origem, poderia um texto ser deslegitimado ou excluído de um cânone literário?”, ou seja, “a literatura definida como repositório de textos que se acumulam num processo dinâmico, que envolve matrizes de tradição e forças de inovação, se apresenta sempre como um conjunto estável, no que se refere a textos de sincronias passadas?”, ou ainda, fazendo girar a manivela do questionamento incessante “que função(ões) pode cumprir a literatura num dado campo de entrecruzamento social de discursos?”: “ela diverte?, instrui?, educa?, moraliza?, suprime expectativas de apropriações pragmáticas?, tem fim em si mesma? etc. etc.”

É certo que, ao longo do tempo, muitas definições se apresentaram como respostas centradas na compreensão da função (ou funções) que seriam próprias da literatura. Nesse sentido algumas compreensões funcionais disseram que à literatura pode caber o papel de instruir, ou de entreter, ou de libertar, ou de fornecer modelos de comportamento, e por vezes associaram tal ou qual função a objetivos voltados para sujeitos tomados individualmente ou para toda a sociedade. Muitas vezes, sem que seja explicitado o fundamento de uma dessas noções, e sem que se questione através de que meios ou recursos da

linguagem literária tais funções se cumpriram, esses entendimentos são repetidos, menos como noções problematizadas e sustentadas, mas como voz corrente do senso comum. A seleção escolar de textos para leitura, por vezes, insiste em privilegiar a escolha de textos que seriam identificados como literatura – e boa literatura – apenas porque portadores de exemplaridade moral.

Passando em revista algumas definições correntes, pudemos identificar dissensões entre respostas que afirmam que é função da literatura responder a questões gerais relativas à humanidade – trazendo à tona papéis atribuídos à literatura, por exemplo, na construção de consensos sociais, até respostas que destacam na literatura sua potencialidade de singularizar ou de pôr em questão consensos, de romper com hierarquias e ordens tradicionais.

Nos percursos de reflexão que buscam delimitar “o que é literatura”, para além dos conhecimentos do senso comum, outras vias diferenciadas têm sido percorridas. Partindo da revisão de algumas respostas frequentes para a identificação de divisores de águas que permitam distinguir o que é do que não é literário, vê-se que em diferentes respostas podem ser indicadas diferentes marcas para o estabelecimento de fronteiras. Também é possível observar que casos há em que tais caracterizações são apresentadas de modo descritivo, enquanto em outros é possível perceber um tom normativo, que prescreve quais as águas limpas em que a leitura e o estudo literário devem se banhar e avisa aos incautos dos perigos do perímetro em que sujas ondas se entrecrocaram. Todavia, perseguindo a metáfora, como separar, gota a gota, as águas de dois rios, ou a de um rio e do mar, no ténue limite de seu encontro?

No extenso campo de correntes teóricas no âmbito da reflexão literária, é possível reconhecer desde respostas que se apoiam em critérios distintivos que permitem entendimentos de extensão universalizante, de validade metahistórica – independentes, portanto, de circunscrições e referências a marcos temporais – e outras definições delimitadas por variáveis relacionadas, por exemplo, a contextos sociais próprios, sem pretensões à construção de divisões fixas e válidas como marcos absolutos. Assim, responder se um critério será definido como válido quer para diferentes sociedades ou grupos sociais, quer para diferentes sincronias, ou se será apresentado como variável em função de possível diversidade cultural, é uma tarefa que envolve escolhas que implicam compreensões explicativas não só do campo literário, mas de posições relativas a outros campos de decisão.

Uma conclusão prévia, portanto, quando se buscam definições – aqui de literatura –, diz respeito ao fato de que esforços para restringir a extensão e ampliar a compreensão – ou, se quisermos, o contrário – devem ser aplicados, de forma encadeada, não só à identificação de características comuns a conjuntos de obras, mas às decorrentes delimitações de sentidos, na direção de que se suceda o esclarecimento dos termos das definições, para que estes possam se articular em rede, no corpo de uma teoria, envolvendo procedimentos sistemáticos de delineamento de pressupostos, métodos, conceitos, de maneira que a construção de conhecimentos, definições e teorias se articule sempre de modo crítico ou polêmico, e não como apagamento de oposições e naturalização de consensos.

Caminhando para um passado distante, na direção de um marco central da tradição investigativa no campo que atravessamos, com relação à concepção de literatura como linguagem comprometida com um tipo de relação especial com a realidade a ser representada, pode-se destacar a ideia central com que se inicia o nono capítulo da *Poética* de Aristóteles. Afirma o filósofo que não se ocupa o poeta da representação de acontecimentos particulares, conduzindo seu argumento para identificar o que seria próprio ao fazer poético, diferenciando poetas e historiadores. Se os historiadores narram acontecimentos particulares, já ocorridos, os poetas narram o que poderia suceder, de acordo com a necessidade e a verossimilhança, ocupando-se, portanto, de acontecimentos dotados de caráter geral. A esta postulação se juntam duas outras caracterizações fundamentais da *Poética*: que “o poeta deve ser mais fabulador que versificador”, pois importaria mais a característica ligada ao tipo de imitação empreendida do que os meios de linguagem empregados; e que “a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular”. Esta é, aliás, uma conclusão central por confrontar-se com a concepção de seu mestre, apresentada na *República*, notadamente no livro X, uma vez que Aristóteles recupera a imagem do poeta como aquele que orienta seu fazer pela busca de uma imitação calcada em um conhecimento que transcende os limites do particular, diferentemente de Platão, que justificou sua recomendação de exclusão dos poetas da Cidade por entender que o conhecimento que teriam os poetas daquilo que imitavam os distanciaría da verdade: eles afastar-se-iam das ideias, contentando-se com as imperfeitas aparências, to-

mas por eles como medida de seu saber e modelo satisfatório de sua imitação.

Na sumarização de respostas dadas ao longo dos tempos e de diferentes espaços de reflexão, muitos outros fios foram puxados, seja através de definições retomadas de campos de diversa extensão e extração, como as que se detiveram na questão das divisões de gêneros restritos à produção em versos – em desdobramentos de categorias presentes em antigos tratados de poética. Ou respostas explicativas do que é literatura articuladas ao campo das definições descritivas, ou normativas, dos gêneros, segundo princípios tradicionais de classificação do lírico, do épico (ou do narrativo, o que não quer dizer o mesmo) e do dramático ou de outros esquemas que seriam por vezes vistos como a melhor maneira de tratar eficazmente a literatura, resistindo, por um lado, à busca de possíveis denominadores comuns aos gêneros e, por outro, aprofundando o conhecimento de cada subconjunto do complexo e multifacetado campo.

Algumas respostas que buscaram mapear a extensão e diversidade do que poderia ser reunido sob a denominação geral de literatura apontam limites reiterados por entendimento corrente, para alguns, inquestionável, amparado por justificativa de cunho etimológico, segundo a qual a literatura é arte da palavra, ou melhor, apenas da palavra escrita. Nesse sentido, o delineamento de outras respostas a serem construídas pode destoar da circunscrição acima e decorrer da busca de outros pressupostos fundantes de um campo de articulações da linguagem verbal em amplo espectro, não circunscritos à letra, mas que possam atender ao questionamento conjunto de gêneros e obras já assimilados ao cânone e, ao mesmo tempo, incluir registros advindos da cultura oral; do domínio específico da palavra cantada; clássicos escolarizados através de edições traduzidas, ilustradas, adaptadas; histórias em quadrinhos; obras que se ajustem a diferentes registros e gostos, de experimentalismos poéticos de vanguardas à metaficção historiográfica pós-modernista e às narrativas de aventuras de terror, policiais (esses subgêneros que nos fazem estimar tanto certas produções de Edgar Allan Poe) ou de ficção científica...

Assim, atando as pontas: se este verbete na contramão do trânsito das ideias correntes precisou ser escrito é porque a ideia de literatura não é evidente por si própria, ou melhor, precisa ser interrogada para que seja possível entrever seu processo de naturalização. Exceto para a tranquilidade do senso comum, que nos acalma com a naturalização de supostas evidências, todavia questionáveis, é possível que

não nos interroguemos sobre contradições no uso, por um mesmo falante, dos ditados “Quem espera sempre alcança” e “Deus ajuda quem cedo madruga”. No caso das definições de literatura, pode ser mais incômodo passar de uma ideia vulgarizada a outra. Sabemos, por exemplo, que em alguns contextos europeus até o século XVIII o termo literatura designava, amplamente, qualquer “produto da cultura letrada”. Paralelamente, amparada na disseminação dos estudos de retórica e poética clássica, alarga-se o entendimento de que a literatura se restringiria às “belas letras”, às escritas ornamentadas, entendimento esse que, em alguns contextos, representou uma restrição à ideia anteriormente mencionada. Já com relação à noção de valor estético, o entendimento do belo em literatura também vai padecer de diversificação quando, para além das estéticas do sublime, entraram em cena as reflexões sobre a arte do grotesco e sobre as recíprocas tensões desses dois campos de representação.

Por sua vez, a definição de literatura associada ao uso de “linguagem imaginativa”, ou, logo, literatura como “ficção”, parece não ser redutível ou sempre assimilável a outras definições que iriam acentuar a literatura como fruto de uma violência organizada e sistemática contra a linguagem em seus usos cotidianos, voltados para fins práticos da comunicação imediata. Nessa acepção, a literatura seria um campo aberto a experiências de singularização no uso da linguagem, não temendo, ou melhor, reivindicando a esfera em que podem entrar ambiguidade e plurissignificação, como nos explica “Convite”, de José Paulo Paes, ao nos chamar para a poesia entendida como “brincar com palavras”.

Apesar deste verbete ter apontado muitas escolhas possíveis na busca de fundar respostas à questão “o que é literatura?”, algumas muito antigas, convém dizer, antes do ponto final, que, no conjunto dos quadros de referências teóricas em destaque a partir dos anos 60/70 do século passado, algumas linhas investigativas ganharam maior atenção que outras. Assim, passaram a ter menos repercussão nos debates acadêmicos, de uma maneira geral, os entendimentos do literário centrados em delimitação de suas funções, em definições de modos de sua relação com a realidade (ou na própria definição de realidade literária), em afirmação de intencionalidade autoral, em estabelecimentos de critérios intrínsecos de valorização, ao passo que passaram a ser mais destacados encaminhamentos que privilegiavam discussões sobre usos específicos da linguagem, em especial os que chamavam a atenção sobre si.

Nas linhas de força do pensamento sobre “o que é literatura”, reflexões advindas das correntes formalistas desdobram-se na caracterização de diferentes procedimentos formais que produziriam a singularização da linguagem literária, procedimentos esses que poderiam levar à desautomatização, do ponto de vista de sua recepção por leitores. Certo é, entretanto, que na trajetória das indagações que levaram adiante posições do formalismo, ao serem considerados os discursos, na complexidade de suas relações histórico-sociais, como sistemas de organização abertos e passíveis de hibridização, as perguntas sobre aquilo que pode causar estranhamento quanto ao uso da linguagem mereceram ser respondidas tomando como pano de fundo as dinâmicas heterogêneas que fazem com que um mesmo uso da linguagem possa ser reconhecido como normal ou estranho, caso se produza em um contexto social – ou histórico –, ou em outro.

Em traçados correlatos, é muito enfatizada a caracterização do literário como colocação da linguagem “em primeiro plano”, assim como são enfatizados os processos de integração complexa de componentes de diferentes níveis da linguagem (CULLER, 1999, p. 35-37), ou ainda é acentuada a autorreflexividade da linguagem literária, a qual, ao retomar, polemizar, alterar elementos textuais de sua contemporaneidade ou de uma dada tradição literária, estabeleceria diálogos entre cada texto e a linguagem presente nas outras obras literárias – ou em algumas delas –, diálogos esses aptos a evidenciar o que faz de cada um deles um texto que se posiciona no campo dos diferentes fazeres e entendimentos da literatura.

O que se diz a seguir tem por objetivo apontar que as questões teóricas até aqui esboçadas e as respostas sintetizadas podem dizer respeito ao nosso dia a dia no exercício de nossas habilidades leitoras, inclusive como professores ou mediadores de leituras.

Assim, a partir do relevo dado, por exemplo, à concepção de literatura como ficção, na leitura literária caberiam desdobramentos associados a diferentes modos de representação, assim como sobre configurações imaginárias acionadas pela leitura literária ou pelos atos de ler referentes aos diferentes gêneros de texto.

Por outro lado, que papéis seriam esperados de um mediador de leituras literárias, professor ou não, se ele valorizasse de modo especial, dentre outras possíveis concepções para o entendimento da literatura, a colocação em primeiro plano do trabalho com a linguagem, atribuindo destaque maior

à forma da expressão do que à forma do conteúdo (COMPAGNON, 2010)?

E poderíamos seguir associando, a estas, outras séries de questões, incluindo aquelas que envolveriam tomadas de posição com consequências diretas para nossa atuação como leitores ou profissionais atuando na área da leitura.

Ao optar por definir literatura, por exemplo, como objeto estético, possibilitador de um tipo de fruição correlativo ao exercício de atividades cuja finalidade se afasta de fins práticos, a leitura literária e sua mediação escolar seriam pautadas, predominantemente, pelo desenvolvimento nos sujeitos leitores de habilidades estéticas, acentuando a esfera do gosto e do prazer advindos da contemplação artística. Tal escolha poderia nos encaminhar, diretamente, a outras questões, como aquelas apresentadas por Paulino em sua discussão sobre “Algumas especificidades da leitura literária”, a saber:

haveria legitimação hoje para que consideremos que as habilidades de leitura literária sejam predominantemente habilidades estéticas? Retomamos a velha pergunta dos frankfurtianos: qual o espaço de experiência estética em sociedades nas quais os produtos de arte se apagam ou se tornam mercadorias consumidas em série? E o que caracterizaria hoje uma leitura predominantemente estética? (2008, p.59)

As perguntas de Graça Paulino parecem indicar que as indagações sobre ler literatura, no espaço escolar ou em outros espaços, assim como sobre como propiciar incentivo à leitura, são questões que remontam à busca de respostas sobre “o que é literatura?”, mas que também nos reenviam a outros atos de reflexão e questionamento alinhados a outros saberes relacionados à complexidade dos horizontes socioculturais em que nos movemos.

Embora o verbete tenha sido proposto como o lugar para sumariar algumas das respostas dadas no campo teórico à questão fundadora “o que é literatura?”, convém finalizar reiterando que a pluralidade elencada não deve induzir ao ecletismo que poderia levar a somar, em uma só resposta, diferentes definições. Como reduzir a um denominador comum os entendimentos de imitação poética apresentados por Platão e Aristóteles? A noção de literatura construída em cada uma das diferentes pequenas respostas dadas não contribui com uma parcela de conhecimento que se deva somar a outras para chegar mais perto de algo naturalmente dado. Ao contrário, no espaço cético e reflexivo das teorias, entende-se que a

literatura como objeto de conhecimento a ser definido não se constrói como reflexo dos entendimentos que o senso comum nos forneceu. Assim, a cada diferente objeto aqui constituído a partir dos diferentes quadros de referência presentes em cada resposta dada, correspondem diferentes construções conceituais sistemáticas relativas a diferentes teorias – que aqui não cabe desenvolver –, sejam elas, conforme o caso, teorias que põem em relevo uma reflexão sobre o uso da linguagem; sejam recortes centrados na representação; sejam teorias em que o percurso interpretativo é dialetizado entre articulação de práticas particulares de escrita e universais do conhecimento; ou tenham sua base no polo da recepção. Ou, segundo outro viés classificatório (ACÍZELO, 2007), sejam elas correntes teóricas de base textualista, fenomenológicas ou sociológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PAES, José Paulo. *Poemas para brincar*. São Paulo: Ática, 1990.
- PAULINO, Maria das Graças Rodrigues. Algumas especificidades da linguagem literária. In: PAIVA, Aracy et al (orgs.). *Leituras literárias: discursos transitivos*. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008.
- PLATÃO. *A República*. 6. ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1990.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *Teoria da literatura*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.